

va-se assim «uma compressão dramática do *timing* do fim do império» (p. 67).

No entanto, esta preocupação com a articulação entre a situação política interna e a questão colonial coexiste em toda a obra com a atenção prestada ao contexto internacional, às condicionantes externas do duplo processo de resistência à descolonização e de «descolonização» propriamente dita. Esta dimensão «internacionalizante» ou «contextualizante» do problema colonial português rompe definitivamente com uma visão mais «paroquial» da nossa questão colonial e encontra-se, aliás, anunciada no próprio subtítulo da obra. Por outro lado, é também dedicada uma atenção muito especial aos movimentos de libertação das antigas colónias portuguesas, desde o «despertar do anticolonialismo» (p. 36) e a «fundação dos movimentos independentistas» (p. 38) até à análise, caso a caso, do seu papel no processo de descolonização (pp. 67 e segs.), passando, evidentemente, pelos anos da «luta armada» (pp. 41 e segs.).

Integrada na colecção «Temas de História de Portugal», da responsabilidade de Isabel Cluny e Nuno Gonçalo Monteiro, e editada pela Livros Horizonte, a obra representa um notável esforço de síntese de um dos temas e períodos mais complexos da história portuguesa recente, tanto mais que o autor não se limitou a cotejar a produção bibliográfica portuguesa sobre o tema, mas trouxe também à colação um extenso rol de

obras sobre esta temática elaboradas por autores estrangeiros e publicadas sobretudo nos Estados Unidos da América e na Inglaterra. Este aspecto merece, sem sombra de dúvida, um destaque especial e constitui um dos méritos da obra. Costa Pinto ultrapassa definitivamente a espécie de «tabu» que constituíam as obras de autores estrangeiros sobre a questão colonial portuguesa, recorrendo a uma extensíssima bibliografia internacional, de autores maioritariamente anglo-saxónicos, mas também franceses e de outras nacionalidades. Se o objectivo da nova colecção é o de fornecer aos leitores um conjunto de «textos que, de forma sistemática e didáctica, dêem a conhecer os pontos de vista recentes, por vezes contrapostos, sobre as grandes questões da história do nosso país», pode dizer-se que este primeiro número cumpre de forma exemplar tal desiderato.

LUÍS NUNO RODRIGUES

Bartolomé Bennassar e Richard Marin, História do Brasil, 1500-2000, Lisboa, Teorema, 2000, 589 páginas (trad. Serafim Ferreira).

Desde 1992 o mercado livreiro europeu tem vindo a ser invadido por títulos que de algum modo pretendem assinalar/aproveitar o 5.º centenário

do descobrimento da América e dos episódios que se lhe seguiram. A assinalar o 5.º centenário do descobrimento do Brasil foi publicada em Paris, em 2000, esta *História do Brasil*, escrita por Bartolomé Bennassar, eminente historiador da Espanha e do mundo hispânico na época moderna, e por Richard Marin, da Universidade de Toulouse, especialista da história da Igreja no Brasil contemporâneo. No mesmo ano, editado pela Teorema e com o apoio do Ministério francês da Cultura e da Comunicação, aparece em Lisboa uma tradução portuguesa.

Dirigindo-se a um público francês, os autores procuram justificar logo no prefácio (pp. 5-7) a ambição do seu empreendimento, alegando a escassez de obras de conjunto sobre a história do Brasil publicadas em língua francesa, bem como a existência de numerosos trabalhos de qualidade publicados recentemente no Brasil e em Portugal que permanecem inacessíveis ao público francófono. Dar a conhecer esses trabalhos, oferecendo ao público francês uma síntese interpretativa dos 500 anos de história do Brasil, é o objectivo deste volume.

Nestas condições, seria despropositado exigir dos autores que apresentassem uma interpretação original da sociedade brasileira e da sua evolução. Com efeito, o que eles fizeram foi escolher dois temas centrais na história do Brasil, desde o descobrimento até à actualidade, e em torno desses dois temas — a mestiçagem e a exclusão — organizar uma síntese das conclusões apresentadas pela historiografia brasileira (e de autores

como Frédéric Mauro) durante as últimas décadas. A escolha dos temas, sem ser original, revela-se, no entanto, bastante eficaz, proporcionando uma perspectiva abrangente sobre o processo de estruturação da sociedade brasileira durante o período colonial e o império e sobre as sucessivas tentativas, ao longo do século xx, de resolver, contornar ou suprimir as contradições daí resultantes.

Para um público não especialista francês, sem acesso às principais obras que estiveram na base da elaboração desta síntese — a *História Geral da Civilização Brasileira*, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto, a *História da Expansão Portuguesa*, dirigida por Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, a *História da Vida Privada no Brasil*, dirigida por Fernando Novais, bem como os trabalhos de José Murilo de Carvalho, Laura de Mello e Souza e Luís Filipe de Alencastro, entre outros —, a obra possui uma utilidade evidente, que em certa medida consegue reduzir o alcance e o significado de pequenas inexactidões ou interpretações um tanto forçadas. Na edição portuguesa, contudo, a estas falhas menores vem sobrepor-se uma tradução vergonhosa — de longe a pior que alguma vez me foi dado ler — que torna a leitura do livro um exercício ingrato, por vezes hilariante, mas seguramente arriscado para quem tenha imaginado dele se servir para adquirir uma melhor compreensão da história do Brasil. Para que se não pense que estou a exagerar, aqui vai uma pequena amostra.

Ao longo do livro os topónimos e nomes próprios brasileiros, sobretudo os que têm algum acento, são tratados com displicência: Tibiriça (p. 15), Brás de Cubas (p. 43), Coitã, Taubate (p. 60), carijos (p. 67), tupinambas (p. 68), Campo de Goitacas (p. 216), Vale de Paraíba (p. 219), etc. A mística ex-escrava Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz, biografada por Luís Mott, aparece na p. 167 como «Rosa a Egípcia da Verdadeira Cruz». A Confraria de N. S. do Rosário dos Homens Pretos adquire (pp. 161 e 168) a designação politicamente mais correcta de Confraria [...] dos Homens Negros. A revolta dos alfaiates na Bahia foi liderada (p. 179) por «Jean de Dieu». Entre os activistas do movimento da independência figuram «um tal José Clemente» (p. 195), «um certo Ledo» (p. 195), e «frei Canuca» (p. 202).

Aprendemos ainda que as malocas dos índios eram construídas «nos troncos das árvores» (p. 14) e que os holandeses teriam sido expulsos do Brasil em 1689 (p. 58), após as duas batalhas de Guarapos (p. 93). Os dois momentos principais na luta pela emancipação dos escravos teriam sido a «lei da venda livre» (pp. 212 e 252--253) e a «lei de ouro» (p. 265). Uma *lecture primaire* da antropofagia transforma-se em «leitura de primeiro grau» (p. 16). Uma discussão teológica sobre a presença real na Eucaristia transforma-se em debate sobre a «presença régia» (p. 85). Os desembargadores nomeados na Bahia em finais do século XVI tiveram de conhecer uma profusão de «plantas» (*plaintes?*) de toda a espécie. O can-

gaceiro Lampião «durante vinte anos não conseguiu ser preso» (p. 312). Em 1998 os bispos brasileiros propuseram que fossem consideradas crimes «a ensiminação artificial» e a «lacação das trompas» (p. 459). E um dos principais clubes de futebol do Rio de Janeiro é o «Flamingo» (p. 498).

Mais grave, por fim, numa obra com pretensões científicas, é a falta de cuidado nas referências bibliográficas. Gilberto Freyre teria publicado em 1933 uma obra intitulada *Senhores e Escravos* (p. 484), Hans Staden em 1557 uma narrativa intitulada *Nus, féroces et anthropophages* (pp. 12 e 19). Um texto de Joaquim Romero de Magalhães é atribuído (pp. 25 e 32) a Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri — que aparece, de resto, na bibliografia como Kiri Chaidhuru (p. 540). João Lúcio de Azevedo vira Lucas de Azevedo (p. 49), Ronaldo Vainfas Rodolfo Vaintas (p. 81). Manuela Carneiro da Cunha vira Manuel (p. 540).

Assim, não.

ROBERT ROWLAND

J. M. Brandão de Brito (coord.), **Revolução e Democracia**, vol. 2, **O País em Revolução**, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, 399 páginas.

Dois anos de pois do primeiro, a Editorial Notícias edita o 2.º volume 879